



Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório da administração	
Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes	
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Quadros CVM	
BP, DRE, DRA, DMPL, DFC e DVA	9 a 20
Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais	21
Demonstrações do resultado	22
Demonstrações do resultado abrangente	23
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	24
Demonstrações dos fluxos de caixa	25
Demonstrações do valor adicionado	26
Notas explicativas às demonstrações financeiras	
Base de preparação	
1. Contexto operacional	27
2. Base de preparação	27
3. Moeda funcional e moeda de apresentação	28
4. Uso de estimativas e julgamentos	28
Políticas contábeis	
5. Base de mensuração	28
6. Sazonalidade	28
7. Informações por segmento	28
8. Políticas contábeis materiais	29
9. Novas normas e interpretações ainda não efetivas	33
Ativos	
10. Caixa e equivalentes de caixa	33
11. Títulos e valores mobiliários	33
12. Concessionárias e permissionárias	34
13. Ativo de contrato	34
Passivos e patrimônio líquido	
14. Debêntures	35
15. PIS e COFINS diferidos	37
16. Imposto de renda e contribuição social diferidos	38
17. Contingências	38
18. Patrimônio líquido	40
Desempenho do ano	
19. Lucro básico e diluído por ação	40
20. Receita operacional líquida	41
21. Custos operacionais e despesas gerais e administrativas	42
22. Resultado financeiro	42
Tributos sobre o lucro	
23. Imposto de renda e contribuição social	43
Outras informações	
24. Transações com partes relacionadas	43
25. Gestão de riscos financeiros	44
26. Cobertura de seguros	46

Relatório da administração

(em milhares de Reais)

1. Mensagem da administração

A administração da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. (Companhia) em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

2. A Companhia

A Companhia, sociedade anônima de capital aberto listada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), foi constituída em 9 de outubro de 2002 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica.

3. Principais acontecimentos no exercício

(a) Receita Anual Permitida (RAP)

A RAP da Companhia para o ciclo 2024-2025 foi de R\$ 74.961 uma redução de 0,21% quando comparada com a RAP para o ciclo 2023-2024 de R\$ 75.121, decorrente do reajuste do IGP-M (Índice Geral de Preços - Mercado).

(b) Dividendos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia pagou o montante de R\$ 11.147 referente a dividendos.

(c) Disponibilidade da linha de transmissão

A disponibilidade da linha de transmissão no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foi de 100%.

(d) Debêntures

Em 15 de janeiro de 2024 e 15 de julho de 2024 a Companhia efetuou o pagamento de principal e juros das debêntures no montante de R\$ 18.691 e R\$ 27.952, respectivamente.

(e) Resgate parcial antecipado facultativo das debêntures

Em 30 de julho de 2024 a Companhia publicou Aviso aos Debenturistas da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única informando sua pretensão em realizar oferta de aquisição de parte das Debêntures, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e da Resolução da CVM nº 77, de 29 de março de 2022, observadas determinadas condições.

A transação foi concluída em 20 de agosto de 2024 com a aquisição de 23.000 (vinte três mil) debêntures, por preço único, mediante pagamento de R\$ 19.200 aos titulares destas debêntures. As debêntures adquiridas são mantidas em tesouraria e não fazem jus à remuneração.

(f) Auditores independentes

A KPMG Auditores Independentes Ltda. foi contratada pela Companhia para a prestação de serviços de auditoria das suas demonstrações financeiras societárias e regulatórias. Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os honorários dos auditores independentes totalizaram R\$ 255. No referido exercício não foram prestados serviços relacionados a trabalhos de não auditoria.

A contratação dos auditores independentes é de competência do Conselho de Administração, onde a política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria das demonstrações financeiras se fundamenta em evitar a existência de conflitos de interesse e em manter a preservação da independência do auditor.

4. Governança corporativa

As práticas de governança da Companhia buscam fornecer informações aos seus acionistas com qualidade e transparência.

(a) Diretoria

A Companhia é administrada por uma Diretoria composta por 3 (três) cargos, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo eleitos pelo Conselho de Administração. Compete aos diretores, entre outros, a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, bem como a prática de atos de gestão no interesse da Companhia, de acordo com as competências e os limites previstos em seu Estatuto Social.

(b) Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por 3 (três) membros e por igual número de suplentes. O Conselho Fiscal somente será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação dos acionistas, conforme previsto em lei.

(c) Conselho da Administração

O Conselho de Administração é composto por 3 (três) membros efetivos para um mandato unificado de 03 (três) anos, sendo eleitos em assembleia geral de acionistas. Compete aos conselheiros, entre outros, eleger e destituir a Diretoria, fiscalizar a gestão de diretores, examinar os livros, papéis e relatórios gerenciais da Companhia, solicitar informações sobre contratos firmados, fixar a orientação geral dos negócios.

5. Declaração da Diretoria

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os membros da diretoria, declaram que revisaram, discutiram e concordam acerca das demonstrações financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

6. Relacionamento com os auditores independentes

Em atendimento à instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a KPMG Auditores Independentes prestou somente serviços de auditoria externa para a Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas da

Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente

Veja as Notas 8.4 e 13 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria

Como auditoria endereçou esse assunto

O reconhecimento do ativo de concessão e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”) requer o exercício de estimativas e julgamentos significativos na determinação de mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo.

A administração, no momento da adoção inicial do CPC 47, usou estimativas e julgamentos significativos para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas.

Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido nas premissas durante o reconhecimento inicial, consideramos a mensuração do ativo de contrato e receita de contrato com clientes como um principal assunto em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

i) a leitura do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de desempenho previstas contratualmente;

ii) a verificação se as premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e receitas, na margem do contrato e na definição da taxa de desconto utilizada no modelo de cálculo do ativo de contrato estão conforme as premissas consideradas na adoção do CPC 47;

iii) Verificação se as bases de receita utilizadas para mensuração e realização do ativo de contrato são consistentes com os valores autorizados pelas resoluções homologatórias nº 3.348/2024 e nº 3.216/2023, e com os respectivos AVCs (avisos de créditos); e

iv) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que mensuração do ativo de contrato e receita de contrato com clientes, e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-RJ


Milena dos Santos Rosa

Contadora CRC RJ-100983/O-7

Índice

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	1
Balanço Patrimonial Passivo	2
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	8
DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	9
DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	10
Demonstração de Valor Adicionado	11

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
1	Ativo Total	300.297	321.815	344.132
1.01	Ativo Circulante	104.606	110.953	131.933
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	465	2.637	124
1.01.01.01	Caixa e Bancos	465	2.637	124
1.01.02	Aplicações Financeiras	56.666	58.129	82.437
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	56.666	58.129	82.437
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	56.666	58.129	82.437
1.01.03	Contas a Receber	44.706	43.986	43.355
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	44.706	43.986	43.355
1.01.03.02.01	Concessionárias e Permissionárias	6.640	7.278	7.957
1.01.03.02.03	Contas a Receber - Ativo de Contrato	38.066	36.708	35.398
1.01.06	Tributos a Recuperar	0	885	389
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	0	885	389
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	0	174	0
1.01.06.01.02	Outros Impostos e Contribuições a Recuperar	0	711	389
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.769	5.316	5.628
1.01.08.03	Outros	2.769	5.316	5.628
1.01.08.03.01	Outros Créditos	2.769	5.316	5.628
1.02	Ativo Não Circulante	195.691	210.862	212.199
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	194.473	209.643	210.979
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	23.062	31.440	27.982
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	23.062	31.440	27.982
1.02.01.04	Contas a Receber	171.411	178.203	182.997
1.02.01.04.03	Ativo de Contrato	171.411	178.203	182.997
1.02.03	Imobilizado	1.218	1.219	1.220
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.218	1.219	1.220

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
2	Passivo Total	300.297	321.815	344.132
2.01	Passivo Circulante	61.100	51.461	56.253
2.01.02	Fornecedores	607	551	718
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	607	551	718
2.01.02.01.01	Fornecedores	607	551	718
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.745	3.960	4.410
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.745	3.960	4.410
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.367	0	1.831
2.01.03.01.02	Taxas Regulamentares	2.652	2.544	1.924
2.01.03.01.03	Outros Impostos e Contribuições a Pagar	726	1.416	655
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	28.497	32.109	32.706
2.01.04.02	Debêntures	28.497	32.109	32.706
2.01.04.02.01	Em moeda nacional	28.497	32.109	32.706
2.01.05	Outras Obrigações	23.997	11.703	17.225
2.01.05.02	Outros	23.997	11.703	17.225
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	22.644	11.147	16.698
2.01.05.02.04	Outras contas a pagar	1.353	556	527
2.01.06	Provisões	3.254	3.138	1.194
2.01.06.02	Outras Provisões	3.254	3.138	1.194
2.01.06.02.04	PIS e COFINS Diferido	3.254	3.138	1.194
2.02	Passivo Não Circulante	203.700	235.207	247.181
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	160.684	197.143	215.010
2.02.01.02	Debêntures	160.684	197.143	215.010
2.02.03	Tributos Diferidos	41.667	36.059	30.327
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	41.667	36.059	30.327
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	36.480	31.259	23.905
2.02.03.01.02	PIS e COFINS Diferidos	5.187	4.800	6.422
2.02.04	Provisões	1.349	2.005	1.844

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
2.02.04.02	Outras Provisões	1.349	2.005	1.844
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	1.349	2.005	1.844
2.03	Patrimônio Líquido	35.497	35.147	40.698
2.03.01	Capital Social Realizado	20.000	20.000	20.000
2.03.04	Reservas de Lucros	15.497	15.147	20.698
2.03.04.01	Reserva Legal	4.000	4.000	4.000
2.03.04.11	Dividendos retidos	11.497	11.147	16.698

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	59.038	63.243	67.587
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.510	-7.065	-4.947
3.03	Resultado Bruto	54.528	56.178	62.640
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.252	-1.532	-699
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-427	-578	-699
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-584	-659	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-241	-295	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	53.276	54.646	61.941
3.06	Resultado Financeiro	-18.595	-20.996	-22.288
3.06.01	Receitas Financeiras	7.454	12.982	11.827
3.06.02	Despesas Financeiras	-26.049	-33.978	-34.115
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	34.681	33.650	39.653
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-11.687	-11.356	-6.257
3.08.01	Corrente	-6.466	-4.002	-6.314
3.08.02	Diferido	-5.221	-7.354	57
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	22.994	22.294	33.396
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	22.994	22.294	33.396
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1,15	1,11	1,67

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
4.01	Lucro Líquido do Período	22.994	22.294	33.396
4.03	Resultado Abrangente do Período	22.994	22.294	33.396

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	28.600	19.911	30.835
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	21.842	23.127	28.919
6.01.01.01	Lucro Líquido do exercício	22.994	22.294	33.396
6.01.01.02	Imposto de Renda Corrente	6.466	4.002	6.314
6.01.01.03	Imposto Diferido	5.221	7.354	57
6.01.01.04	Depreciação	1	-1	-2
6.01.01.06	Juros e variações monetárias do empréstimo	25.038	33.102	33.438
6.01.01.07	Provisões para Pis e Cofins	503	-322	-116
6.01.01.09	Provisão para Perdas Esperadas de Créditos	584	659	0
6.01.01.11	Ativo de Contrato - remuneração	-31.274	-31.914	-32.386
6.01.01.12	Títulos e Valores Mobiliários - Rendimento	-7.691	-12.047	-11.782
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	9.476	3.516	5.054
6.01.02.01	Concessionárias e permissionárias	54	20	-740
6.01.02.03	Outros Impostos e Contribuições Sociais a Pagar	-690	-761	400
6.01.02.04	Imposto a recuperar	711	-495	559
6.01.02.05	Outros créditos	2.547	312	-2.091
6.01.02.06	Fornecedores	56	167	-101
6.01.02.07	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	-2.381	4.561	-2.561
6.01.02.08	Taxas regulamentares	108	-620	1.136
6.01.02.09	Outras contas a pagar	141	-399	121
6.01.02.11	Ativo de Contrato	36.708	35.398	34.229
6.01.02.12	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	174	0	0
6.01.02.13	Debêntures - pagamentos de juros	-27.952	-34.667	-25.898
6.01.03	Outros	-2.718	-6.732	-3.138
6.01.03.01	Impostos pagos sobre o lucro	-2.718	-6.732	-3.138
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	17.532	32.897	23.533
6.02.03	Títulos e Valores Mobiliários - Aplicações	-88.224	-80.752	-107.684
6.02.08	Títulos e Valores Mobiliários - Resgates	105.756	113.649	131.217

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-48.304	-50.295	-54.522
6.03.01	Empréstimos e financiamentos pagos - principal	-18.691	-16.899	-13.696
6.03.06	Pagamento de dividendos	-11.147	-33.396	-40.826
6.03.12	Debentures - recompra	-18.466	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-2.172	2.513	-154
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.637	124	278
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	465	2.637	124

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	20.000	0	15.147	0	0	35.147
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	20.000	0	15.147	0	0	35.147
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	350	-22.994	0	-22.644
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-11.497	0	-11.497
5.04.08	Dividendos Adicional Proposto	0	0	11.497	-11.497	0	0
5.04.09	Pagamento de Dividendos	0	0	-11.147	0	0	-11.147
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	22.994	0	22.994
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	22.994	0	22.994
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	20.000	0	15.497	0	0	35.497

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	20.000	0	20.698	0	0	40.698
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	20.000	0	20.698	0	0	40.698
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-5.551	-22.294	0	-27.845
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-11.147	0	-11.147
5.04.08	Dividendos Adicional Proposto	0	0	11.147	-11.147	0	0
5.04.09	Pagamento de Dividendos	0	0	-16.698	0	0	-16.698
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	22.294	0	22.294
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	22.294	0	22.294
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	20.000	0	15.147	0	0	35.147

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	20.000	0	30.040	0	0	50.040
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	20.000	0	30.040	0	0	50.040
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-26.040	-16.698	0	-26.040
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-16.698	0	0
5.04.08	Pagamento de dividendos	0	0	-26.040	0	0	-26.040
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	33.396	0	0
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	33.396	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	16.698	-16.698	0	16.698
5.06.04	Dividendos adicionais propostos	0	0	16.698	-16.698	0	16.698
5.07	Saldos Finais	20.000	0	20.698	0	0	40.698

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
7.01	Receitas	68.688	72.735	73.041
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	68.688	72.735	73.041
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.494	-6.249	-5.645
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.227	-2.327	-3.870
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-519	-682	-1.775
7.02.04	Outros	-748	-3.240	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	65.194	66.486	67.396
7.04	Retenções	-1	-1	-2
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1	-1	-2
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	65.193	66.485	67.394
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	7.454	12.982	11.827
7.06.02	Receitas Financeiras	7.454	12.982	11.827
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	72.647	79.467	79.221
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	72.647	79.467	79.221
7.08.01	Pessoal	1.683	1.688	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	21.921	21.507	11.710
7.08.02.01	Federais	21.921	21.507	11.710
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	26.049	33.978	34.115
7.08.03.01	Juros	26.049	33.978	34.115
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	22.994	22.294	33.396
7.08.04.02	Dividendos	11.497	11.147	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	11.497	11.147	33.396

Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	10	465	2.637
Títulos e valores mobiliários	11 (i)	56.666	58.129
Concessionárias e permissionárias	12	6.640	7.278
Ativo de contrato	13	38.066	36.708
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	174
Outros impostos e contribuições a recuperar		-	711
Outros ativos		2.769	5.316
Total do ativo circulante		104.606	110.953
Títulos e valores mobiliários	11 (ii)	23.062	31.440
Ativo de contrato	13	171.411	178.203
Total do realizável a longo prazo		194.473	209.643
Imobilizado		1.218	1.219
Total do imobilizado		1.218	1.219
Total do ativo não circulante		195.691	210.862
Total do ativo		300.297	321.815
Fornecedores		607	551
Debêntures	14	28.497	32.109
Imposto de renda e contribuição social a recolher		1.367	-
Outros impostos e contribuições a recolher		726	1.416
Pis e Cofins diferidos	15	3.254	3.138
Dividendos	24 (c)	22.644	11.147
Encargos setoriais		2.652	2.544
Outros passivos		1.353	556
Total do passivo circulante		61.100	51.461
Debêntures	15	160.684	197.143
Pis e Cofins diferidos	16	5.187	4.800
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	36.480	31.259
Outros passivos		1.349	2.005
Total do passivo não circulante		203.700	235.207
Total dos passivos		264.800	286.668
Capital social	18 (a)	20.000	20.000
Reserva de lucros	18 (b)	15.497	15.147
Total do patrimônio líquido		35.497	35.147
Total do passivo e patrimônio líquido		300.297	321.815

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	20	59.038	63.243
Custos operacionais	21 (a)	(4.510)	(7.065)
Lucro bruto		54.528	56.178
Despesas gerais e administrativas	21 (b)	(427)	(578)
Provisão para perda de crédito esperada	13	(584)	(659)
Outros		(241)	(295)
Despesas operacionais		(1.252)	(1.532)
Resultado antes do resultado financeiro		53.276	54.646
Receitas financeiras		7.454	12.982
Despesas financeiras		(26.049)	(33.978)
Resultado financeiro	22	(18.595)	(20.996)
Resultado antes dos impostos		34.681	33.650
Imposto de renda e contribuição social correntes		(6.466)	(4.002)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(5.221)	(7.354)
Imposto de renda e contribuição social	23	(11.687)	(11.356)
Lucro líquido do exercício		22.994	22.294
Resultado por ação			
Resultado por ação - básico e diluído (em R\$)	19	1,15	1,11

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente **Exercícios findos em 31 de dezembro**

(em milhares de Reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	22.994	22.294
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	22.994	22.294

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
			Legal	Dividendo adicional proposto		
Saldo em 31 de dezembro de 2022		20.000	4.000	16.698	-	40.698
Pagamento de dividendos	18 (b)	-	-	(16.698)	-	(16.698)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	22.294	22.294
Dividendos mínimos obrigatórios	18 (c)	-	-	-	(11.147)	(11.147)
Dividendos adicionais propostos	18 (b)	-	-	11.147	(11.147)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		20.000	4.000	11.147	-	35.147
Pagamento de dividendos	18 (c)	-	-	(11.147)	-	(11.147)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	22.994	22.994
Dividendos mínimos obrigatórios	18 (c)	-	-	-	(11.497)	(11.497)
Dividendos adicionais propostos	18 (b)	-	-	11.497	(11.497)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		20.000	4.000	11.497	-	35.497

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		22.994	22.294
Ajustes para:			
- Imposto de renda e contribuição social diferidos		5.221	7.354
- Imposto de renda e contribuição social corrente		6.466	4.002
- Provisão para perda de crédito esperada	12	584	659
- Pis e Cofins diferidos		503	(322)
- Títulos e valores mobiliários - rendimento		(7.691)	(12.047)
- Juros, correção monetária e custo de transação sobre debêntures	14	25.038	33.102
- Depreciação		1	(1)
- Ativo de contrato - remuneração	12	(31.274)	(31.914)
		21.842	23.127
Variações em:			
- Concessionárias e permissionárias		54	20
- Ativo de contrato	12	36.708	35.398
- Outros impostos e contribuições a recuperar		711	(495)
- Imposto de renda e contribuição social a recuperar		174	-
- Outros ativos		2.547	312
- Fornecedores		56	167
- Imposto de renda e contribuição social a recolher		(2.381)	4.561
- Outros impostos e contribuições a recolher		(690)	(761)
- Encargos setoriais		108	(620)
- Outros passivos		141	(399)
		59.270	61.310
Impostos pagos sobre o lucro		(2.718)	(6.732)
Debêntures - pagamento de juros	14	(27.952)	(34.667)
		28.600	19.911
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários - aplicações		(88.224)	(80.752)
Títulos e valores mobiliários - resgates		105.756	113.649
		17.532	32.897
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Debêntures - pagamento de principal	14	(18.691)	(16.899)
Debêntures - recompra	14	(18.466)	-
Pagamento de dividendos	24 (c)	(11.147)	(33.396)
		(48.304)	(50.295)
		(2.172)	2.513
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		2.637	124
		465	2.637

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Receitas (1)		68.688	72.735
Remuneração do ativo de contrato	20	51.870	56.290
Operação e manutenção do ativo de contrato	20	17.737	17.104
Provisão para perda de crédito esperada		(584)	(659)
Parcela variável	20	(335)	-
Insumos adquiridos de terceiros (2)		(3.494)	(6.249)
Custo de operação e manutenção		(2.227)	(2.327)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(519)	(682)
Despesas gerais, administrativas e outros		(748)	(3.240)
Valor adicionado bruto (1) - (2) = (3)		65.194	66.486
Depreciação e amortização (4)		1	1
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia (3) - (4) = (5)		65.193	66.485
Valor adicionado recebido em transferência (6)		7.454	12.982
Receitas financeiras	22	7.454	12.982
Valor adicionado total a distribuir (5 + 6)		72.647	79.467
Distribuição do valor adicionado		72.647	79.467
Pessoal		1.683	1.688
Impostos federais		21.921	21.507
Juros	22	26.049	33.978
Dividendos		11.497	11.147
Lucros retidos		11.497	11.147

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. (Companhia), sociedade anônima de capital aberto listada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) na categoria B, foi constituída em 25 de setembro de 2002 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica.

Em 26 de dezembro de 2018, após aprovação da transação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), ocorreu alteração no controle acionário da Companhia. O acionista majoritário que era a Isolux Energia e Participações S.A. (Isolux) passou a ser a Celeo Redes Brasil S.A. (Celeo Redes).

Em fevereiro de 2021 a Celeo Redes transferiu 100% das ações da Companhia, por meio de aumento de capital para a Celeo Redes Expansões S.A. (Celeo Expansões).

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Celeo Expansões possui 100% de participação na Companhia.

1.1 Contrato de concessão

O contrato de concessão nº 84/2002 (Contrato) tem como objetivo a construção, operação e manutenção da linha de transmissão 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 181 km, com origem na subestação Tijuco Preto e término na subestação Cachoeira Paulista, ambas no Estado de São Paulo.

O Contrato foi assinado no dia 20 de dezembro de 2002 e tem vigência de 30 anos, com o seu vencimento no dia 20 de dezembro de 2032. A Companhia entrou em operação comercial em dezembro de 2004.

Os contratos assinados entre os anos de 2000 e 2006 estabelecem uma Receita Anual Permitida (RAP) fixa, sendo prevista a queda da RAP a partir do 16º ano de operação comercial que se estenderá até o término do prazo da concessão.

A partir de julho de 2019 (16º ano de operação comercial) a Companhia passou a receber 50% da receita anual permitida do 15º ano.

1.2 Receita Anual Permitida (RAP)

A Resolução Homologatória (RH) nº 3.348, de 16 de julho de 2024, estabeleceu a RAP da Companhia para o ciclo 2024-2025 em R\$ 74.961 (RH nº 3.216, de 4 de julho de 2023 estabeleceu a RAP em R\$ 75.121 para o ciclo 2023-2024). Uma redução de 0,21% decorrente do reajuste do IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado).

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 28 de fevereiro de 2025.

Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Companhia estão apresentados na nota explicativa 8.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real brasileiro (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os valores estão apresentados em milhares de R\$ e foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Itens sujeitos a essas estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato (nota explicativa 8.4), análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada (nota explicativa 25) e reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios (nota explicativa 17). As estimativas e julgamentos são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

6 Sazonalidade

A companhia não possui sazonalidade nas suas operações.

7 Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST).

8 Políticas contábeis materiais

Uma série de novas normas contábeis foram efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as novas normas contábeis (listadas abaixo) na preparação destas demonstrações financeiras porque não tiveram impacto.

Norma	Vigência
Passivos não circulantes com cláusulas restritivas e Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes – Alterações ao CPC 26/IAS 1	01/01/2024
Passivo de arrendamento em uma venda e arrendamento posterior – Alterações ao CPC 06/IFRS 16	
Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7	

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicado ao contrário.

8.1 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários à vista e os investimentos de alta liquidez em Operações Compromissadas e Certificados de Depósitos bancários (CDB), com prazo de vencimento de 3 (três) meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor, mensurados ao custo amortizado. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. Quando os investimentos não atendem a esses critérios são classificados como títulos e valores mobiliários.

8.2 Títulos e valores mobiliários - circulante e não circulante

Os saldos apresentados no circulante referem-se às aplicações financeiras que não se caracterizam como caixa e equivalentes de caixa. Incluem os CDBs com prazo de vencimento superior a 3 (três) meses. Os saldos apresentados no não circulante referem-se às aplicações financeiras em fundos de investimentos para fins de garantia das debêntures.

8.3 Instrumentos financeiros

(a) Classificação e mensuração

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Um ativo e um passivo financeiros são reconhecidos quando uma entidade se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro, exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo. Nesse caso, os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que forem diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à emissão são adicionados ou reduzidos.

Geralmente, ativos e passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto em algumas circunstâncias, que incluem determinados ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR). Quando ativos e passivos financeiros mensurados a custo amortizado têm seus termos contratuais modificados e tal modificação não é substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação, é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas frente às vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na sua falta, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. Segue abaixo a característica de cada classificação:

(i) Custo amortizado

Um ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(ii) VJR

Os ativos financeiros ao VJR compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao VJR. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

(b) Valor justo e hierarquia dos ativos e passivos financeiros

Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente segue os níveis: (i) nível I - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) nível II - são informações, que não os preços cotados incluídos no nível I, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (iii) nível III - são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível II e não houve transferências de níveis no exercício.

8.4 Ativo de contrato

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

i. Reconhecimento de receita de construção

Tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção é de 28% (e de operação) e é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores.

ii. Reconhecimento da receita de operação e manutenção

Registrada mensalmente, a partir da entrada em operação, considerando uma margem de 22% sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão.

iii. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido

Registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica "Remuneração do ativo de contrato", utilizando a taxa de desconto de 16% definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio dos dois fluxos de caixa descritos a seguir:

- i. Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo ONS conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.
- ii. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

8.5 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de (i) 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e (ii) 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, além de considerarem a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido, quando aplicável, é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada exercício e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos

8.6 Receitas e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: (i) valor contábil bruto do ativo financeiro; ou (ii) custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo, quando o ativo não estiver com problemas de recuperação, ou, alternativamente, ao custo amortizado do passivo. A receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

9 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Não houve adoção antecipada e não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

Norma	Vigência
Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21)	01/01/2025
Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros – Alterações às CPC 48/IFRS 9 e CPC 40/IFRS 7	01/01/2026
IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis (substituirá o CPC 26/IAS 1)	01/01/2027

10 Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa e conta corrente	465	149
CDB	-	2.488
	465	2.637

11 Títulos e valores mobiliários

i. Circulante

A Companhia aplica seus recursos em Certificado de Depósito Bancário (CDB) no banco Santander Brasil, sendo o rendimento destes títulos atrelado ao Depósito Interbancário (DI). No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi de 99,18% (100,71% em 31 de dezembro de 2023) do DI com vencimento entre abril de 2025 e dezembro de 2025. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a totalidade dos recursos está aplicado em CDB.

ii. Não circulante

Para fins de garantia da operação da 2ª emissão de debentures, a Companhia precisa manter durante todo o período de amortização da operação as contas denominadas (i) "Conta Reserva" (caixa restrito), com saldo no montante necessário para o pagamento da próxima parcela de serviço da dívida e (ii) "conta vinculada", que centraliza a movimentação dos direitos creditórios originados dos "contratos do projeto", relacionados aos contratos de concessão e de prestação de serviços. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, todas as contas estão em conformidade ao estipulado nos contratos relacionados às debêntures.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a totalidade dos recursos estão aplicados em Certificados de Depósito Bancário (CDB) no Banco Santander, cuja rentabilidade (líquida de despesas, mas não de impostos) foi de 95% DI.

A variação observada, no circulante e não circulante, está relacionada ao aumento dos resgates das aplicações para a recompra de ações das Debêntures. Para maiores detalhes veja a nota explicativa 14.

12 Concessionárias e permissionárias

	2024	2023
A vencer	5.825	6.291
Até 3 meses	597	70
De 3 a 12 meses	218	917
Acima de 12 meses	1.243	659
Provisão para perda de crédito esperada (PCE)	(1.243)	(659)
	6.640	7.278

A movimentação da PCE está demonstrada a seguir.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022	(659)	-
Adições	(584)	(659)
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023	(1.243)	(659)

13 Ativo de contrato

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022	214.911	218.395
Remuneração do ativo de contrato	31.274	31.914
Recebimentos	(36.708)	(35.398)
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023	209.477	214.911

Os saldos do circulante e não circulante apresentados nos balanços patrimoniais estão demonstrados abaixo:

	2024	2023
Circulante	38.066	36.708
Não circulante	171.411	178.203
	209.477	214.911

14 Debêntures

Debêntures		233.368	252.381
Custo de transação	(a)	(4.116)	(4.665)
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022		229.252	247.716
Juros		24.463	32.553
Aquisição de Debêntures	(b)	(18.466)	-
Amortização - principal		(18.691)	(16.899)
Amortização - juros		(27.952)	(34.667)
Amortização - custo de transação	(a)	575	549
Debêntures		192.722	233.368
Custo de transação	(a)	(3.541)	(4.116)
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023		189.181	229.252

Os saldos do circulante e não circulante apresentados nos balanços patrimoniais estão demonstrados abaixo:

	2024	2023
Circulante	28.497	32.109
Não circulante	160.684	197.143
	189.181	229.252

i. Estrutura da dívida

A Companhia assinou, no dia 06 de julho de 2021 o instrumento particular de escritura da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, no valor de R\$ 250.000, cujos recursos foram destinados à realização de investimentos, refinanciamentos e distribuição de recursos à acionista, bem como para reforço de caixa da Companhia. A liquidação ocorreu em 21 de julho de 2021.

Sobre o saldo devedor incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias de Depósito Interbancário (DI) de um dia, expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, acrescida de spread (sobretaxa) de 1,70% ao ano.

Os juros remuneratórios e a amortização do principal são pagos semestralmente, no dia 15 dos meses de janeiro e julho, sendo o primeiro pagamento em 17 de janeiro de 2022 e o último na data de vencimento em 15 de julho de 2031.

- (a) Refere-se aos custos com comissões bancárias e honorários advocatícios para obtenção da 2ª emissão das debêntures.

- (b) Em 20 de agosto de 2024 a Companhia efetuou a aquisição de parte das debêntures da sua 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e da Resolução da CVM nº 77, de 29 de março de 2022. Foram adquiridas 23.000 (vinte três mil) debêntures, por preço único, mediante pagamento de R\$ 19.200 aos titulares de destas debêntures, valor equivalente: (a) ao saldo do valor nominal unitário das debêntures no montante de R\$ 18.466; acrescido da (b) remuneração no montante de R\$222 calculada *pro rata temporis*; acrescido de (c) prêmio no montante de R\$ 512 equivalente a 0,4% ao ano multiplicado pelo prazo remanescente das debêntures. As debêntures adquiridas são mantidas em tesouraria, não fazem jus à remuneração e são apresentadas pelo valor líquido no passivo.

ii. Estratégia para a contratação da dívida

Na avaliação prévia à contratação da dívida, a Companhia considerou o impacto da captação em sua estrutura de capital, além de fatores como disponibilidade de recursos (fontes existentes e disponíveis), custo, prazo e indexação.

iii. Fluxos dos pagamentos futuros

O fluxo estimado de pagamentos futuros, inclui somente principal, tendo em vista que os pagamentos de juros ocorrem semestralmente. Esse fluxo é calculado com base na posição final das dívidas em 31 de dezembro de 2024 e considera que todas as amortizações de principal e juros da dívida serão efetuados nas datas contratadas.

Em 31 de dezembro de 2024 o vencimento das parcelas reconhecidas no não circulante está detalhado abaixo:

	2024
Em 2026	20.781
Em 2027	22.445
Em 2028	23.892
A partir de 2029	93.566
	160.684

iv. Cláusulas restritivas

As debêntures possuem cláusulas restritivas (*covenant*) financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência.

As principais cláusulas de vencimento antecipado estão descritas a seguir: (a) Inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária relativa às debêntures e/ou prevista na escritura; (b) Liquidação, dissolução ou extinção da Companhia; (c) Pedido de recuperação judicial, decretação de falência ou autofalência da Companhia, assim como apresentação, pela Companhia, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores; (d) Transformação da forma societária da Companhia de sociedade por ações para qualquer outro tipo societário, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações; (e) cisão, fusão, incorporação (no qual a Companhia seja a incorporada) ou incorporação de ações da Companhia, ou qualquer forma de reestruturação ou reorganização societária envolvendo a Companhia, exceto se previamente autorizado pelos Debenturistas ou seja realizada entre sociedades do mesmo grupo econômico e seja mantido o controle acionário; (f) Extinção definitiva ou transferência (total ou parcial) da Concessão ou encampação, caducidade, rescisão, anulação ou intervenção, pelo Poder Concedente, da Concessão; (g) Vencimento antecipado de qualquer dívida financeira da Companhia com terceiros, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$10.000 (dez milhões de reais); (h) Invalidade, nulidade, inexecutabilidade, rescisão ou ineficácia total desta Escritura de Emissão e/ou contratos de garantia; (i) Protesto de títulos de responsabilidade da Companhia, cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a 14.000 (catorze milhões de reais), cuja devida comprovação não for apresentada ao agente fiduciário; (j) Não observância, pela Companhia, por mais de 2 (duas) vezes consecutivas e/ou por mais de 4 (quatro) vezes intercaladas, do ICSD, que deverá ser igual ou superior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) vezes, a ser apurado pela Companhia anualmente; (k) concessão de preferência/prioridade a outros créditos ou assunção de novas dívidas financeiras pela Companhia, ressalvados determinados casos; (l) redução de capital social da Companhia, excetuadas certas hipóteses; (m) celebração de contratos de mútuo pela Companhia, com seus acionistas, diretos ou indiretos, e/ou com pessoas físicas ou jurídicas integrantes do grupo econômico a que pertença a Companhia, exceto por determinadas hipóteses.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia estava em conformidade com as cláusulas restritivas estabelecidas na escritura das debêntures.

v. Composição do endividamento e da dívida líquida

	2024	2023
Dívida bruta		
Debêntures	192.722	233.368
Caixa e equivalentes de caixa e TVM		
Caixa e conta corrente	465	149
CDB	79.728	92.057
Dívida líquida	112.529	141.162

15 PIS e COFINS diferidos

	2024	2023
PIS	1.506	1.416
COFINS	6.935	6.522
	8.441	7.938

Os valores apresentados referem-se à diferença temporária entre o reconhecimento da receita de acordo com os avisos de crédito (AVC) e a receita de acordo com a aplicação do CPC 47, que será amortizado até o término da concessão. A segregação entre o circulante e não circulante apresentados nos balanços patrimoniais estão demonstrados a seguir.

	2024	2023
Circulante	3.254	3.138
Não circulante	5.187	4.800
	8.441	7.938

16 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2024	2023
Imposto de renda	26.828	22.989
Contribuição social	9.652	8.270
	36.480	31.259

A composição do saldo está apresentada a seguir.

	Base de cálculo		IRPJ e CSLL	
	2024	2023	2024	2023
Provisão para perdas de crédito esperadas	(584)	(659)	(199)	(224)
CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	107.879	92.597	36.679	31.483
	107.295	91.938	36.480	31.259

17 Contingências

A Companhia é parte em processos judiciais, oriundos do curso normal de suas operações. Esses processos envolvem assuntos de natureza cível, fundiária e tributária.

Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a administração mensurou e reconheceu provisões para as contingências em montante estimado do valor da obrigação e que refletem a saída de recursos esperada. Os valores de passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados que não possuem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.

Os saldos de "provisão" e "passivos contingentes" estão detalhados a seguir:

	Provisões		Passivos contingentes	
	2024	2023	2024	2023
Cível	338	301	1.021	978
Tributário	-	-	666	666
	338	301	1.687	1.644

(a) Cível

A Companhia possui ação anulatória de ato administrativo cumulada com repetição de indébito proposta pela Tractebel Energia S.A., contra a ANEEL, o ONS, bem como contra todas as concessionárias de transmissão de energia elétrica integrantes do SIN, dentre elas a Companhia. O objetivo é a declaração de nulidade do artigo 4º da resolução nº 117/04 da ANEEL que inseriu novo reajuste do valor do TUST (tarifa de utilização do sistema de transmissão) pago pelas empresas geradoras de energia que entrassem em operação a partir de 01/07/2005, além da condenação das concessionárias corréis, na devolução da diferença do valor que lhes teria sido pago indevidamente. O valor em risco é de R\$ 338 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 301 em 31 de dezembro de 2023) e foi avaliado pela administração e suportada pelos assessores jurídicos como risco de perda provável. O montante encontra-se contabilizado em "outros passivos" no passivo não circulante.

A Companhia entrou com ação contra a ANEEL e a ONS com o objetivo de suspender a realização dos descontos a título de parcela variável por indisponibilidade. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o valor em risco é de R\$ 1.021 e R\$ 978, respectivamente, e foi avaliada pela administração e suportada pelos assessores jurídicos como risco de perda possível.

(b) Tributário

(b.1) Débitos tributários

Até o exercício findo em 2023 a Companhia possuía pedidos de compensações de débitos tributários que até então não haviam sido homologados pela Receita Federal do Brasil (RFB).

Esses débitos tributários foram originados na época que a Companhia era controlada pela Isolux, conforme nota explicativa 1.

O Contrato de Compra e Venda celebrado entre a Isolux e a Celeo Redes determinou a criação de uma conta garantia (*escrow account*) para assegurar o ressarcimento de determinados passivos existentes previamente à transferência de controle, em caso de desfecho desfavorável nas discussões com terceiros. Do valor total da compra firmado entre as partes, a Celeo Redes destinou uma parte para a *escrow account*.

Após a análise desses processos, no primeiro trimestre de 2023, a Isolux decidiu por não continuá-los e optou pelo pagamento e conseqüentemente o encerramento desses débitos. Considerando que esses processos ainda estavam em andamento durante o processo de compra da Companhia pela Celeo Redes, o valor dessas obrigações, após confirmação pela Isolux, foi abatido da *escrow account*. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, do montante total de R\$ 4.770 considerado como risco de perda possível, a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 3.912 referente aos débitos tributários. Sendo assim, foi reconhecido como um contas a receber com a Celeo Redes (dentro da rubrica "Outros Ativos") para reembolso futuro. Os valores foram pagos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

(b.2) Pedido de compensação

A Companhia possui processos administrativos contra a Receita Federal do Brasil em virtude da utilização de créditos de IRPJ e CSLL, e que posteriormente não foram homologados. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o valor em risco é de R\$ 666, sendo avaliado pela administração com suporte dos assessores jurídicos como risco de perda possível.

18 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 20.000, dividido em 20.000.000 (vinte milhões) de ações ordinárias e nominativas, de valor nominal a R\$1,00 cada.

(b) Reserva de lucros

i. Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, com conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76.

A Companhia não reconhece mais constituição de reserva legal pois o saldo atual representa 20% do capital social.

ii. Dividendo adicional proposto

Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, mediante aprovação dos acionistas.

Conforme Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 26 de abril de 2024 e 30 de junho de 2023 os acionistas aprovaram o pagamento de R\$ 11.147 e R\$ 16.698, respectivamente, referentes a dividendos adicionais.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o valor destinado como dividendo adicional foi de R\$ 11.497 e R\$ 11.147, respectivamente.

(c) Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto social da Companhia determina que os acionistas terão direito, em cada exercício social, aos dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da lei 6.404/76.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o valor destinado como dividendo mínimo obrigatório foi de R\$ 11.497 e R\$ 11.147, respectivamente.

19 Lucro básico e diluído por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	22.994	22.294
Média ponderada das ações emitidas	20.000	20.000
	1,15	1,11

A Companhia não possui ações ordinárias diluídas, portanto o lucro básico e diluído por ação é o mesmo.

20 Receita operacional líquida

		2024	2023
Remuneração do ativo		31.274	31.914
Receita de operação e manutenção		17.737	17.105
Ganho na RAP	(a)	20.596	24.375
Parcela variável (indisponibilidade)	(b)	(335)	-
Receita bruta		69.272	73.394
Pis e Cofins correntes		(6.950)	(6.886)
Pis e Cofins diferidos		(503)	(322)
Encargos setoriais	(c)	(2.781)	(2.943)
Deduções da receita		(10.234)	(10.151)
		59.038	63.243

(a) Refere-se a diferença entre a RAP projetada para fins de fluxo do ativo de contrato e a RAP realizada.

(b) A composição do saldo da parcela variável está apresentada a seguir.

		2024	2023
Queimada	(i)	(247)	-
Solicitação ONS	(ii)	(88)	-
		(335)	-

(i) Em outubro de 2024 ocorreu um desligamento da LT Tijuco Preto causado por queimada na faixa de servidão. A Companhia realizou as inspeções e os ajustes necessários para retomar a operação.

(ii) Em maio de 2024 a ONS solicitou um desligamento da LT Tijuco Preto para fins de controle de tensão. A Companhia realizou a manobra em 5 (cinco) minutos e posteriormente foi realizado o religamento da linha.

(c) Os saldos dos encargos setoriais estão demonstrados abaixo:

	2024	2023
Reserva global de reversão (RGR)	(1.837)	(1.961)
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	(661)	(680)
Taxa de fiscalização de serviços de energia (TFSEE)	(283)	(302)
	(2.781)	(2.943)

21 Custos operacionais e despesas gerais e administrativas

(a) Custos operacionais

		2024	2023
Pessoal		(1.652)	(1.667)
Manutenção de subestação	(i)	(1.197)	(1.185)
Serviço de operação e manutenção	(ii)	(612)	(630)
Contrato de compartilhamento de instalação		(288)	(323)
Material		(124)	(126)
Viagem e hospedagem		(114)	(93)
Consultorias		(69)	-
Tributos	(iii)	(35)	(2.432)
Diversos		(419)	(610)
		(4.510)	(7.066)

- (i) Refere-se a prestações de serviços de reparo na infraestrutura da Companhia.
- (ii) Refere-se a prestação de serviços para operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão realizados pela Celeo.

O débito tributário do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é composto pelo pagamento de R\$ 2.432 referente ao pagamento de imposto de renda e contribuição social referentes ao ano de 2018.

(b) Despesas operacionais

		2024	2023
Consultorias		(342)	(383)
Pessoal		(31)	(21)
Publicações		(29)	(145)
Diversos		(25)	(29)
		(427)	(578)

22 Resultado financeiro

		2024	2023
Rendimento de aplicação financeira	(a)	7.327	12.047
Outras receitas		127	935
Receitas financeiras		7.454	12.982
Juros - debêntures	(b)	(24.463)	(32.553)
Custo de transação - debêntures		(575)	(549)
Outras despesas		(1.011)	(876)
Despesas financeiras		(26.049)	(33.978)
		(18.595)	(20.996)

- (a) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 ocorreu aumento dos resgates das aplicações para realizar a recompra de debêntures. Para maiores detalhes veja a nota explicativa 14.

- (b) A redução está relacionada à: (i) recompra de debêntures (nota explicativa 14) que reduziu o saldo devedor e conseqüentemente o serviço da dívida, já que as debêntures mantidas em tesouraria não fazem jus à remuneração e (ii) redução da taxa média anual de indexação das debêntures (DI) durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 quando comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

23 Imposto de renda e contribuição social

		2024	2023
Resultado antes dos impostos		34.681	33.650
Despesa de IR e CS à alíquota nominal de 34%		(11.768)	(11.417)
Exclusão	(a)	81	61
Despesa de IR e CS à alíquota efetiva		(11.687)	(11.356)
Alíquota efetiva		34%	34%

- (a) Refere-se as receitas não dedutíveis.

24 Transações com partes relacionadas

(a) Transações comerciais

	Tipo de Transação	Índice de Correção	Prazo	Vencimento	Ativo/Passivo		Resultado	
					2024	2023	2024	2023
Celeo (i)	-	-	-	-	-	3.912	-	3.912
Celeo (ii)	O&M	IGPM	5 anos	2026	94	45	(612)	(630)

- (i) Refere-se ao reembolso de débitos tributários conforme nota explicativa 17 (b). Em 06 de fevereiro de 2024 foi realizado o ressarcimento dos débitos tributários por parte da Celeo Redes.
- (ii) As transações comerciais com a Celeo referem-se a (i) serviço de operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão da Companhia. O custo desse contrato é registrado na rubrica "serviços de terceiros - custos operacionais".

(b) Remuneração da administração

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não houve atribuição de pagamentos realizados pela Companhia aos seus administradores, uma vez que os mesmos recebem um salário unificado, pago pela Celeo Redes e outras afiliadas do mesmo grupo econômico, considerando o compartilhamento de despesas corporativas comuns, em virtude da atuação dos administradores em todas as empresas do grupo Celeo Redes.

(c) Dividendos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022		11.147	16.698
Aprovação para pagamento de dividendos adicionais		11.147	16.698
Pagamento de dividendos	(i)	(11.147)	(33.396)
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	18 (c)	11.497	11.147
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023		22.644	11.147

- (i) Os dividendos mínimos obrigatórios foram pagos no mês de junho pelo valor de R\$ 0,60 por ação.

25 **Gestão de riscos financeiros**

(c) Considerações gerais e políticas

A Companhia administra seus capitais investidos para assegurar que possa continuar suas atividades e maximizar o retorno dos seus acionistas. O gerenciamento de riscos tem por objetivo identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela administração, tais como (i) os riscos de capital, (ii) de mercado, (iii) de crédito e (iv) de liquidez. A Companhia não contratou qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo nos exercícios apresentados.

i. Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura de capital em linha com seu plano de negócios e seus objetivos.

Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a administração pode propor, observadas as condições do Contrato de Concessão, do Contrato da Escritura de Emissão de Debêntures, a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas e a emissão de novas ações e outras ações de adequação de estrutura de capital.

ii. Gestão de risco de mercado

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas à dívida ou o rendimento das aplicações financeiras. Atualmente, a dívida da Companhia possui taxas pré-fixadas mais variação acumulada de 100% das taxas médias diárias de DI.

iii. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

iii.1 Risco de crédito das contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados para suas contrapartes comerciais.

Como forma de gerenciamento e mitigação do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, em conformidade com a regulamentação regulatória. Na hipótese de haver pendência de pagamento, a Companhia, na qualidade de agente de transmissão, pode encaminhar ao ONS um pedido de acionamento do mecanismo de garantia financeira, conforme estabelecido pelo Contrato de Uso de Sistema de Transmissão assinado pelo ONS com os agentes acessantes do Sistema Interligado Nacional (SIN). Eventualmente, pode ocorrer que um usuário obtenha posicionamento jurídico favorável à suspensão parcial ou total dos pagamentos dos Encargos de Uso do Sistema de Transmissão (EUST), seja devido a reestruturação de passivos ou questionamento dos termos e condições do Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST). A Companhia não é parte ativa destas discussões e tem o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro assegurado pelo Contrato de Concessão. Apesar de não haver histórico de perdas materiais, a Companhia adotou uma política de provisão baseada em atrasos superiores a 12 meses.

iii.2 Risco de crédito com instituições financeiras

Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua política de risco de crédito que tem como objetivo a mitigação do risco por meio da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras consideradas de primeira linha.

A Companhia realiza o acompanhamento da exposição com cada contraparte, mediante avaliação de seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

iv. Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia visa a mitigação do risco de liquidez, analisando possíveis descasamentos entre recebimentos e desembolsos programados, embora durante período de operação não seja esperado que os desembolsos superem os ingressos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa visa antecipar a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, permitindo maior tempo para análise, estruturação e escolha das melhores fontes.

Nos casos em que há sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito da Companhia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos de renda fixa com liquidez diária.

(d) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

A Companhia efetua testes de análise de sensibilidade conforme requerido pelas normas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Na realização do teste, a Companhia assume que o valor apresentado estivesse em aberto durante todo esse exercício apresentado.

Foram preparados três cenários de análise de sensibilidade: (i) provável* - considera as taxas de juros futuros observados nesta data base; (ii) redução ou aumento de 25%; e (iii) redução ou aumento de 50% do cenário provável, respectivamente.

	Risco	Cenários		
		(i)	(ii)	(iii)
Aplicação financeira	Redução do CDI	(9.567)	(7.176)	(4.784)
Debêntures	Aumento do CDI	22.702	28.377	34.053

*Fonte: O CDI para o cenário provável (12%) foi considerado conforme relatório Focus de 3 de janeiro de 2025.

(e) Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

		Hierarquia do valor justo	2024		2023	
			Custo amortizado	VJR	Custo amortizado	VJR
Caixa e equivalente de caixa	9		465	-	2.637	-
Títulos e valores mobiliários	10	Nível II	-	79.728	-	89.569
Concessionárias e permissionárias	11		6.640	-	7.278	-
Ativos Financeiros			7.105	79.728	9.915	89.569
Fornecedores			607	-	551	-
Debêntures	13		192.722	-	233.368	-
Passivos Financeiros			193.329	-	233.920	-

(f) Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado (entretanto, são exigidas divulgações do valor justo)

Exceto conforme detalhado na tabela a seguir, a Administração considera que os valores contábeis dos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, reconhecidos nessas informações financeiras, se aproximam dos seus valores justos.

		Hierarquia do valor justo	2024		2023	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures	13	Nível II	192.722	195.907	233.368	235.445
			192.722	195.907	233.368	235.445

As debêntures são classificadas como "outros passivos financeiros ao custo amortizado" e a Administração avaliou que seu valor contábil se aproxima do seu valor justo, exceto quando essas debêntures possuem cotações divulgadas pela ANBIMA conforme negociações ocorridas no mercado secundário na data do balanço. O mercado secundário Bolsa, Balcão é considerado ativo pois os preços cotados estão disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, permitindo que as cotações reflitam transações de mercado reais que ocorreram em bases puramente comerciais. Contudo, cabe esclarecer que a precificação de debentures é prejudicada pela incipiência do mercado de capitais levando à formação de preços com baixíssima amostragem.

Quanto aos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, a Administração considera que os valores contábeis se aproximam dos seus valores justos, uma vez que: (i) possuem prazo de recebimento/pagamento médio inferior a 60 dias; (ii) são concentrados em títulos de renda fixa, remunerados à taxa CDI; e (iii) não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. A Companhia considera que os saldos contábeis do financiamento, classificados como "passivos financeiros ao custo amortizado", aproximam-se dos seus valores justos.

26 Cobertura de seguros

A Companhia possui como política a contratação de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade e que são julgados suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros, exceto para as linhas de transmissão. Esse fato é uma consequência de as coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos das linhas de transmissão e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados.

Em 31 de dezembro de 2024, a cobertura de seguros está demonstrada abaixo:

	Data de vigência	Importância segurada
Risco operacional	30.06.2024 a 30.06.2025	31.050
Responsabilidade civil	30.06.2024 a 30.06.2025	20.000
D&O	30.06.2024 a 30.06.2025	50.000

José Maurício S. de Souza

Marcus Hansen Balata

Bruno M. S. M. Melo

Diretor

Diretor relação com
investidores

Contador
CRC-RJ 111193/O-8